

Relatório e Contas



ANO 2018

Índice

Mensagem do Presidente	1
Introdução.....	2
Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra	3
Organograma dos Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra	6
Missão, Visão e Valores.....	7
Principais Objetivos do Código de Ética e Conduta.....	8
Respostas Sociais	9
Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)	9
Centro de Dia	11
Serviço de Apoio Domiciliário	13
Caracterização dos Idosos.....	15
Atividades Desenvolvidas.....	19
Recursos Humanos.....	21
Indicadores Económico-financeiros	23
Introdução.....	23
Rendimentos e Ganhos	23
Gastos e Perdas.....	24
Resultados.....	24
Proposta de aplicação do Resultado Líquido do período de 2018.....	25
Nota final	25
Contas do Exercício de 2018	26
Balanço e Demonstração de Resultados.....	27
Demonstração de Fluxos de Caixa	30
Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais	32
Demonstração de Resultados por Valências.....	34
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	36
01 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	37
02 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	37
03 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS.....	38
04 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	44
05 - ATIVOS INTANGÍVEIS.....	46
06 - DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	47
07 - INVENTÁRIOS	47
08 - RÉDITO	48
09 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	49
10 - PESSOAL	50
11 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	51
12 - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	52
13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	54
Convocatória da Reunião do Conselho de Curadores.....	55

Mensagem do Presidente

No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias o Conselho de Administração da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, vem apresentar o relatório e contas referente ao ano de 2018.

O ano de 2018, tal como os seus antecessores apresentou-nos severas dificuldades económico-financeiras, às quais tivemos que nos adaptar e encontrar soluções para lhes fazer face.

Um rigoroso cumprimento da disciplina orçamental, a par de uma constante melhoria da qualidade dos serviços prestados permitiu-nos um aumento de rendimentos e ganhos capaz de suportar e absorver o aumento que se verificou nos gastos e perdas, situação que levou à obtenção de um resultado líquido positivo no exercício de 2018.

Em face do aumento do valor do ordenado mínimo nacional e do investimento feito na formação do nosso quadro de pessoal, era previsível e inevitável, um aumento das despesas com pessoal, o qual não afetou o equilíbrio financeiro da instituição em virtude do esforço de rentabilização que tem vindo a ser feito do património da Fundação.

Cientes de que o futuro próximo não afrouxará as dificuldades, acreditamos estar dotados dos meios financeiros e humanos capazes de conduzir a Fundação Casa do Povo de Santana da Serra ao caminho do sucesso institucional, mantendo-se como uma referência no concelho de Ourique, quer pela qualidade dos serviços prestados aos seus utentes, quer pela importância assumida como entidade empregadora num concelho marcado pelo desemprego e pela desertificação.

Para tal, é intenção do Conselho de Administração da Fundação Casa do Povo de Santa da Serra, manter e reforçar a política de disciplina e rigor orçamental, a qual tem permitido a obtenção de resultados líquidos positivos no passado recente.

O Presidente do Conselho de Administração



José Raul Guerreiro Mendes dos Santos

Introdução

O relatório e contas ora apresentado, referente ao ano de 2018, reflete, como não podia deixar de ser, aquela que foi a atividade económica da instituição neste espaço temporal.

Como se poderá verificar da análise do mesmo, resulta clara a preocupação do Conselho de Administração em manter um equilíbrio financeiro que permita à Fundação encarar o futuro com otimismo mas também com responsabilidade.

Procurou-se e conseguiu-se não desequilibrar financeiramente a instituição, pelo que, a par do ligeiro aumento dos gastos e perdas, verificou-se também uma subida nos rendimentos e ganhos, subida essa que conseguiu proporcionar no exercício de 2018 um resultado líquido positivo.

Manteve-se o foco na melhoria das condições de acolhimento dos nossos utentes, o que acarreta investimento quer nas infraestruturas quer na formação do quadro de pessoal, situação que inevitavelmente aumenta a despesa, a qual se procurou combater com o aumento dos rendimentos e ganhos provenientes os serviços prestados.

Apesar das dificuldades, não prescindimos de proporcionar aos utentes um serviço profissional e capaz de responder as suas necessidades.

Continuaremos, como até aqui, a defender os superiores interesses da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, marcando a nossa atuação pelo rigoroso cumprimento dos princípios orçamentais a que nos propusemos.

Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Presidente – José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos; Tesoureira - Maria Emília Guerreiro Martins Coelho Marques; Secretário – António Guerreiro; 1º Suplente – Jesuíno Coelho Rodrigues.
--	--

DIRETOR EXECUTIVO	Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias.
------------------------------	-------------------------------------

CONSELHO FISCAL	Presidente – Manuel Francisco C.de Brito Marcelino; Vice-Presidente – André Alexandre da Costa Baltazar; Vogal – Jesuíno José Fernando Guerreiro.
----------------------------	--

**CONSELHO
DE
CURADORES**

- José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos (Presidente);
- Maria Inês dos Santos Afonso Guerreiro;
- Maria Emília Guerreiro Martins Coelho Marques;
- Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias;
- Joaquim José Guerreiro Rita;
- Dora Manuela Nobre Palhinha;
- Célia Maria de Brito Guerreiro Mendes;
- António Guerreiro;
- Jesuíno Coelho Rodrigues;
- Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino;
- André Alexandre da Costa Baltazar;
- Marciano Guerreiro da Silva;
- Manuel Valério Guerreiro;
- Maria José de Brito Guerreiro Mestre;
- Jorge Martins Plácido;
- Manuel Coelho Rodrigues;
- Joaquim António Mendes;
- Deolindo Afonso da Silva;
- Aníbal João Coelho;
- Maria de Fátima Almeida Dias;

MEMBROS EM SUBSTITUIÇÃO	<p>- José Diogo Morais dos Santos, em substituição de José Raul Guerreiro Mendes dos Santos;</p> <p>- Susana Isabel Pereira Quintino, em substituição de Maria Emília Guerreiro Martins Coelho Ramos Marques;</p> <p>- Ana Filipa dos Santos Afonso Guerreiro, em substituição de Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias;</p> <p>- Telmo da Encarnação Afonso, em substituição de Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino;</p> <p>- Filomena de Jesus Ribeiro Parreira Dias, em substituição de André Alexandre da Costa Baltazar.</p>
--	---

Organograma dos Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra



Missão, Visão e Valores

Missão

A Fundação Casa do Povo de Santana da Serra é uma fundação de solidariedade social, sem fins lucrativos, que estabeleceu como missão contribuir para o fomento da ação social, nomeadamente através da proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho, do apoio a crianças, jovens e idosos, do apoio às famílias, do apoio à integração social e comunitária e do apoio e proteção aos deficientes, sempre com o objectivo de prestar serviços de elevada qualidade de profissionalismo.

Visão

Ser a instituição de referência no sector da ação e apoio social não só no concelho de Ourique, mas em todas as regiões onde esteja presente, reconhecida pela sua forte ligação à comunidade e excelência na sua capacidade de intervenção.

Valores

Responsabilidade - Para com os Clientes é o nosso dever central

Profissionalismo: - Assegurar um desempenho profissional e competente

Compromisso: Caminhar em direção à excelência

Solidariedade: Sempre presente nas nossas intervenções

Humanismo: As pessoas sempre primeiro

Confidencialidade: A confidencialidade vale por si própria. O sigilo é parte essencial da ética profissional

Integridade: A coerência da ação que desenvolvemos e a forma como os outros a vêem.

Modernização/Inovação: Orientação que conduz à autonomia, à independência e à liberdade criativa e responsável

Pró-atividade: É Ser fonte de resolução de problemas em vez obstáculo

Trabalho em equipa/cooperação: Forma de estar que não abdicaremos

Principais Objetivos do Código de Ética e Conduta

O presente Código de Conduta e Ética é o referencial orientador das nossas práticas profissionais e da autorregulação de condutas, facilitando a resolução de dilemas ou questões éticas que naturalmente surgem no nosso dia-a-dia.

Os objetivos principais são:

- Dar a conhecer de forma inequívoca aos Colaboradores, Clientes, Parceiros, Fornecedores e, de uma forma geral, a toda a Comunidade os valores preconizados, vividos e exigidos pela Fundação, fomentando relações crescentes de confiança entre todos eles;
- Reforçar os padrões éticos de atuação no seu conjunto, constituindo-se como um pilar da política de responsabilidade social desenvolvida pela Fundação;
- Cimentar na Fundação a existência e a partilha de valores e normas de conduta, reforçando uma cultura comum;

Respostas Sociais

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)

A Fundação Casa do Povo de Santana da Serra – Centro de Apoio à 3ª Idade é um Equipamento Social de alojamento coletivo que proporciona cuidados permanentes ou temporários.

Destinatários

Pessoas de idade igual ou superior a 65 anos, cujas problemáticas bio-psicossocial-social não possam ser tratadas através de outras formas de resposta.

Objectivos

Para esta instituição os utentes são o centro da sua ação, procurando sempre responder às suas necessidades, respeitando e promovendo os seus direitos.

Os objetivos da instituição passam por:

- ✓ Assegurar aos utentes uma vida equivalente à vivência familiar, na forma de cuidados coletivos e individualizados;
- ✓ Promover o bem-estar bio-psicossocial-social dos utentes;
- ✓ Proporcionar alojamento que assegure aos utentes uma vida confortável, respeitando tanto quanto possível a sua independência;
- ✓ Proporcionar cuidados permanentes que garantam a satisfação das necessidades diárias dos utentes;
- ✓ Contribuir para estabilizar e/ou retardar o processo de envelhecimento;
- ✓ Contribuir para a reabilitação de incapacidades físicas;
- ✓ Promover o fortalecimento das relações inter-familiares e a preservação dos laços familiares;
- ✓ Potenciar a integração social.

Serviços Prestados

- Alojamento (temporário ou permanente);
- Alimentação adequada às necessidades dos utentes, respeitando as prescrições médicas;
- Cuidados de higiene pessoal;
- Tratamento de roupa;
- Conforto dos espaços;
- Atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais que visem contribuir, para um clima de relacionamento saudável entre os utentes e para a estimulação e manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas;
- Apoio no desempenho das atividades da vida diária;
- Cuidados médicos e de enfermagem (engloba a administração de fármacos, quando prescritos).

Capacidade Instalada da ERPI

A instituição tem acordo de cooperação para 22 utentes. Nos termos do acordo de cooperação destas 22 vagas, 3 estão reservadas à segurança social.





Centro de Dia

O Centro de Dia consiste numa resposta social, desenvolvida no edifício-sede, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

Destinatários

É uma resposta social que se destina a acolher pessoas idosas, de ambos os sexos para a satisfação das suas necessidades básicas.

São objetivos do Centro de Dia de Santana da Serra:

- ✓ Prestar serviços que satisfaçam as necessidades básicas;
- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos, e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- ✓ Detetar as necessidades das pessoas idosas de forma a permitir um melhor planeamento e adequação dos serviços;
- ✓ Colocar à disposição das pessoas idosas as diversas formas de ajuda adequada à sua situação, de acordo com as necessidades expressas e a capacidade de resposta do Centro de Dia de Santana da Serra.
- ✓ Prestar ao idoso o acolhimento e informações necessárias;

- ✓ Prestação de apoio psicossocial.

Serviços prestados

Proporciona uma alimentação cuidada, presta cuidados de higiene e conforto e desenvolve atividades que fomentem o convívio propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos seus residentes.

Capacidade Instalada

A Resposta Social de Centro de Dia da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra tem acordo de cooperação para 20 utentes.





Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio.

Destinatários

Esta resposta social destina-se a pessoas idosas, adultos ou famílias quando, por motivos de saúde, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

São objetivos do Serviço de Apoio Domiciliário de Santana da Serra:

- ✓ Contribuir para que o idoso se sinta menos isolado e só;
- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos, e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- ✓ Detetar as necessidades das pessoas idosas de forma a permitir um melhor planeamento e adequação de serviços;
- ✓ Contribuir para a melhoria das condições de higiene, saúde e alimentação dos idosos que já não têm capacidade para realizar total ou parcialmente, as tarefas da vida diária;
- ✓ Promover alterações e adaptações do domicílio para que os utentes sejam o mais independentemente possível.

Serviços Prestados

- ✓ Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- ✓ Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- ✓ Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- ✓ Tratamento da roupa do uso pessoal do utente;
- ✓ Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade;
- ✓ Administração de medicação, quando prescrita pelo medico.

Capacidade Instalada

O Serviço de Apoio Domiciliário tem acordo de cooperação para 10 utentes.

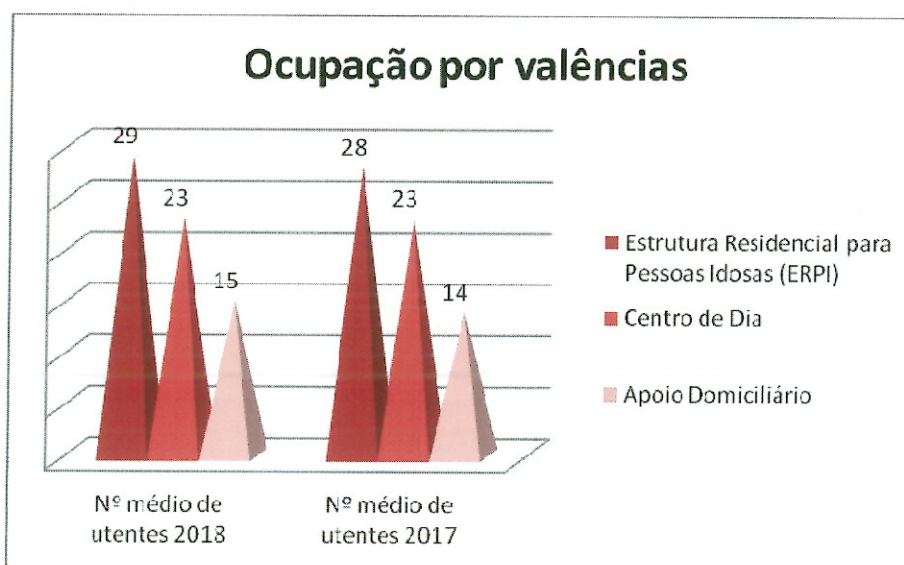




Caracterização dos Idosos

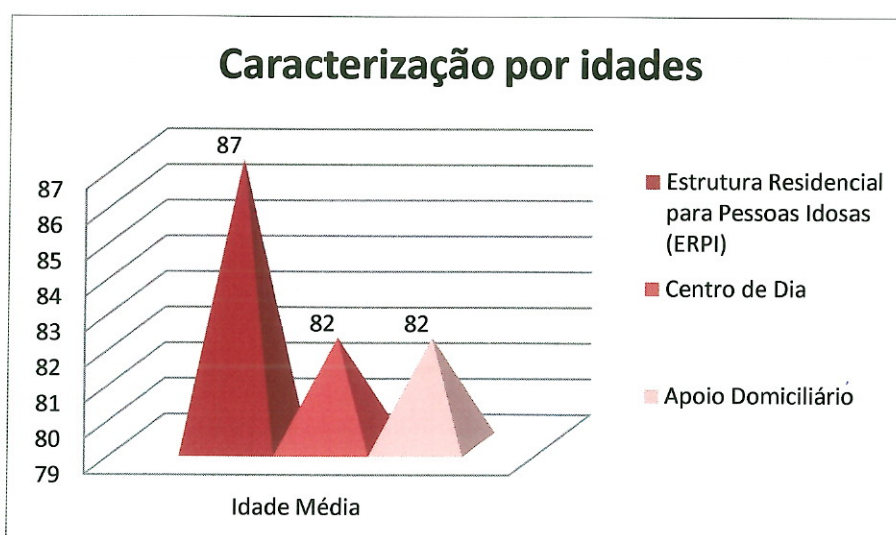
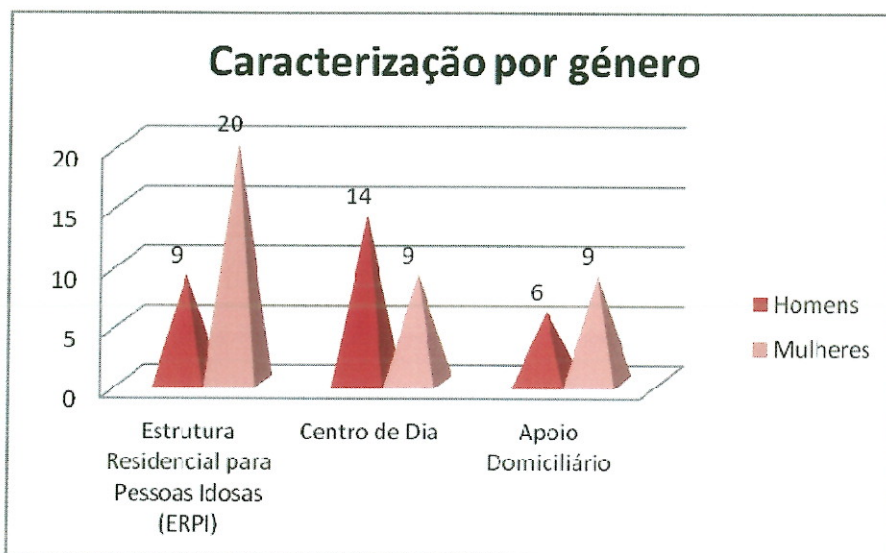
Idosos – Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

Respostas Sociais	Nº médio de utentes 2018	Nº médio de utentes 2017
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	29	28
Centro de Dia	23	23
Apoio Domiciliário	15	14



Caracterização dos Utentes – 2018

Respostas Sociais	Homens	Mulheres	Idade Média
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	9	20	87
Centro de Dia	14	9	82
Apoio Domiciliário	6	9	82



Cantinas Sociais

O Instituto de Segurança Social, I.P e a Fundação Casa do Povo de Santana da Serra – Centro de Apoio à 3ª Idade estabeleceram um protocolo de colaboração no âmbito da convenção da rede solidária de cantinas sociais para o programa de emergência alimentar, podendo vir este a ser alterado e reajustado face às necessidades e realidade local. Assim a cantina social é uma medida desenvolvida pela Fundação Casa do Povo de Santana da Serra e que consiste no fornecimento de refeições diárias, incluindo fins-de-semana e feriados.

Destinatários

Indivíduos e/ou agregados familiares em situação comprovada de carência económica.

Objectivos

- ✓ Garantir a alimentação a população carenciada
- ✓ Sinalizar e diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento

Serviços Prestados

Confeção e fornecimento de refeições destinadas, preferencialmente, a consumo externo durante 7 dias por semana.



Atividades Desenvolvidas

Numa instituição como a nossa, as diversas atividades não acontecem ao acaso, estão integradas num contexto, convergindo para o mesmo fim.

A política de apoio aos idosos desde o início delineada continua a caracterizar-se por um crescimento das atividades desenvolvidas de acordo com o previsto no plano de atividades.

Consideramos que globalmente foi um ano positivo. Atingimos quase todos os objetivos que programamos.

Realizamos algumas ações que criaram novas dinâmicas socioculturais.

Devido às exigências atuais é necessário melhorar permanentemente os serviços que prestamos aos utentes.

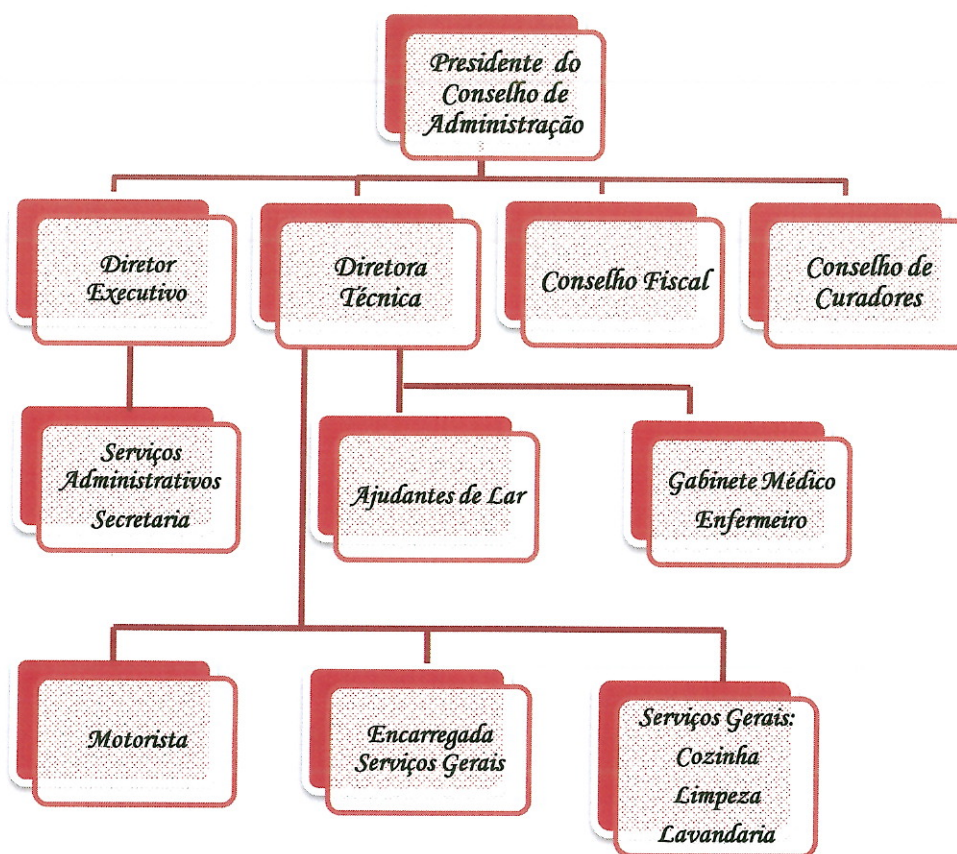
No ano de 2018 destacaram-se diversos eventos, que por reforçarem a união e a amizade entre os utentes e a instituição, que merecem ser sublinhados:

- ✓ Comemoração do Dia de Reis;
- ✓ Baile de Carnaval;
- ✓ Comemoração do Dia de Páscoa;
- ✓ Comemoração do Dia 25 de Abril;
- ✓ Comemoração do Dia do Trabalhador – Almoço Convívio
- ✓ Passeio Anual à Feira de Garvão;
- ✓ Visita Anual à Ovibeja;
- ✓ Participação e Visita Anual à Feira dos Sabores de Santana da Serra;
- ✓ Comemoração dos Santos Populares – Baile de S. João;
- ✓ Visita às Festas da Nossa Senhora da Cola;
- ✓ Comemoração do Dia do Idoso;
- ✓ Comemoração do Dia de S. Martinho;
- ✓ Almoço de Natal.



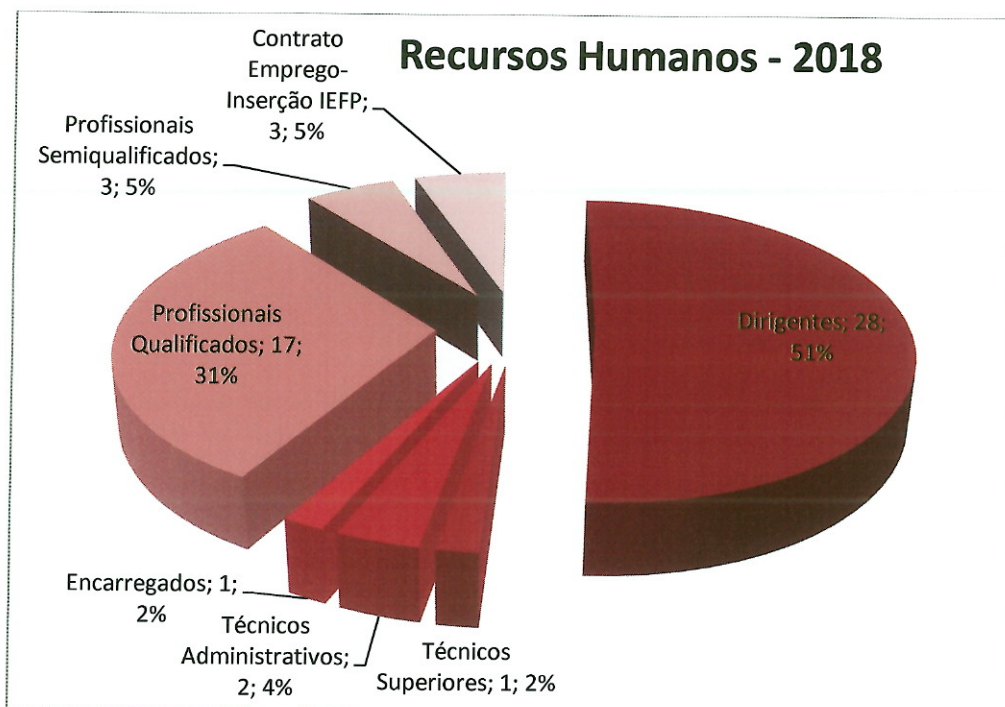
Recursos Humanos

Organigrama da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra



Balço Social da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

Grupo de Pessoal	Nº Colaboradores 2018	Homens	Mulheres	Idade Média	Nº Colaboradores 2017
Dirigentes	28	18	10	57	28
Técnicos Superiores	1	0	1	34	1
Técnicos Administrativos	2	0	2	46	2
Encarregados	1	0	1	51	1
Profissionais Qualificados	17	1	16	47	16
Profissionais Semiquualificados	3	0	3	44	3
Contrato Emprego-Inserção IEPF	3	0	3	41	4



Indicadores Económico-financeiros**Introdução**

De acordo com o disposto no artigo 20º alínea a) dos Estatutos da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, passamos a apresentar as contas relativas ao exercício de 2018 para discussão e votação.

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas recetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhe foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

Estas informações, contidas em mapas como o balanço, a demonstração de resultados, devem transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das contas anuais.

Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2018	2017	2016
Vendas e serviços prestados	334.171,03	326.507,61	302.930,78
Subsídios à exploração	181.847,35	176.081,32	214.970,75
Outros rendimentos e ganhos	61.116,36	56.158,50	45.058,83
Total	577.134,74	558.747,43	562.960,36

Na conta Vendas e serviços prestados são refletidos os proveitos com vendas de fraldas e as prestações de serviços ao longo do ano nomeadamente as mensalidades pagas pelos utentes.

Na conta Subsídios à exploração são refletidos os proveitos com as participações do Instituto Segurança Social I.P - Centro Distrital de Beja e o IEFP.

Na conta Outros rendimentos e ganhos são refletidos os proveitos com participação em transporte paga pelos utentes, imputação de subsídios ao investimento, restituição de impostos e donativos.

Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2018	2017	2016
Custo das matérias consumidas	77.450,45	72.305,22	69.113,48
Fornecimentos e serviços externos	88.073,63	102.522,63	125.829,61
Gastos com o pessoal	346.145,03	319.723,85	294.527,20
Outros gastos e perdas	54.187,58	56.416,16	61.633,56
Total	565.856,69	550.967,86	551.103,85

No que se refere à conta Custo das matérias consumidas, são refletidos os custos com géneros alimentares e fraldas.

No que se refere à conta Fornecimentos e serviços externos, são refletidos os custos com trabalhos especializados, vigilância e segurança, honorários, conservação e reparação, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, material de escritório, artigos para oferta, lenha, eletricidade, combustíveis, água, deslocações, comunicação, seguros, contencioso e notariado, despesas de representação e outros.

No que se refere à conta Gastos com o Pessoal, são refletidos os custos com o pessoal da Instituição e o pessoal colocado no âmbito dos contratos protocolados com o IIEFP.

No que se refere à conta Outros Gastos e Perdas, são refletidos os custos com impostos indiretos e taxas, gastos de depreciação e amortização dos ativos devido ao uso e desgaste dos mesmos, custos das diversas despesas bancárias ao longo do ano.

Resultados

RESULTADOS	2018	2017	2016
RENDIMENTOS E GANHOS	577.134,74	558.747,43	562.960,36
GASTOS E PERDAS	565.856,69	550.967,86	551.103,85
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.278,05	7.779,57	11.856,51

Foi apurado um resultado líquido no período para o ano 2018, de 11.278,05 Euros.

Proposta de aplicação do Resultado Líquido do período de 2018

Face aos elementos apresentados, o Conselho de Administração propõe o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2018.
2. Que o resultado líquido do período na importância de 11.278,05 seja aplicado na conta de "Resultados transitados".

Nota final

Por mais difícil que se apresente a conjuntura socioeconómica, o compromisso de entrega, empenho e dedicação em prol e ao serviço da nossa instituição, assumido pelos órgãos sociais no dia da sua tomada de posse, manter-se-á inalterado até ao final do mandato.

Empregaremos ao serviço da nossa instituição todo o nosso profissionalismo, e continuaremos a pautar-nos pelo rigor e disciplina orçamentais nos exercícios financeiros que se seguem.

A ação social em que estamos envolvidos exige o melhor de todos nós, só assim poderemos melhorar os nossos serviços e as nossas capacidades para os proporcionar a quem deles necessita.

Acreditamos estar no caminho certo, todos sem exceção, órgãos sociais e colaboradores, tem revelado empenho e profissionalismo, situação que devemos saudar e pela qual nos congratulamos.

Não obstante não podemos parar, nem estagnar no tempo, sob pena de se perder todo o trabalho até agora feito, devemos sim procurar melhorar e adaptarmo-nos as constantes necessidades de mudança e modernização, para as quais devemos estar preparados.

Contamos com todos para um futuro que se espera e deseja de esperança.

O Presidente do Conselho de Administração



/José Raul Guerreiro Mendes dos Santos/

Contas do Exercício de 2018

Balço e Demonstração de Resultados

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 2018/12/31

BALANÇO PARA ESNL em 31 de DEZEMBRO de 2018

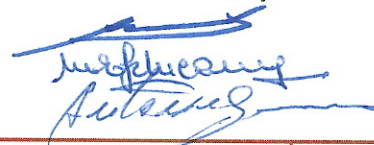
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1.003.742,51	1.045.616,41
Activos intangíveis	5	9.778,50	19.557,00
Investimentos Financeiros		1.997,59	1.424,68
		1.015.518,60	1.066.598,09
Activo corrente			
Inventários	7	1.668,22	2.049,88
Clientes		5.017,83	5.093,82
Outras contas a receber		18.915,99	5.751,52
Diferimentos		4.881,52	3.500,01
Caixa e depósitos bancários		262.434,45	272.784,33
		292.918,01	289.179,56
Total do Activo		1.308.436,61	1.355.777,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		292.925,27	292.925,27
Resultados transitados		286.008,14	278.228,57
Outras variações nos fundos patrimoniais		625.131,28	675.115,81
		1.204.064,69	1.246.269,65
Resultado líquido do período		11.278,05	7.779,57
Total do fundo de capital		1.215.342,74	1.254.049,22
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		7.317,34	6.221,05
Estado e outros entes públicos		8.062,95	6.810,05
Diferimentos		4.225,91	1.586,07
Outras Contas a pagar		71.238,65	87.111,26
		90.844,85	101.728,43
Total do Passivo		90.844,85	101.728,43
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.306.187,59	1.355.777,65

O Contabilista certificado



O Conselho de Administração



FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 2018/12/31

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018

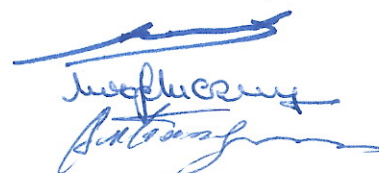
Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	334.171,03	326.507,61
Subsídios à exploração	9	181.847,35	176.081,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-77.450,45	-72.305,22
Fornecimento e serviços externos		-88.073,63	-102.522,63
Gastos com o pessoal	10	-346.145,03	-319.723,85
Outros rendimentos e ganhos	12	61.116,36	56.158,50
Outros gastos e perdas	12	-1.908,20	-661,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		63.557,43	63.534,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	-52.103,94	-55.340,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11.453,49	8.193,24
Juros e gastos similares suportados	12	-175,44	-413,67
Resultado antes de Impostos		11.278,05	7.779,57
Resultado líquido do período		11.278,05	7.779,57

O Contabilista certificado



O Conselho de Administração



Demonstração de Fluxos de Caixa

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 2018/12/31

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA ESNL

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018

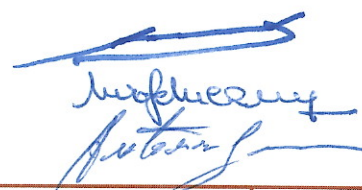
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método Directo			
Recebimento de clientes e utentes		334.199,07	327.332,55
Pagamento a fornecedores		-167.434,11	-174.070,83
Pagamento ao pessoal		-238.153,58	-224.806,58
Caixa gerada pelas operacoes		-71.388,62	-71.544,86
Outros recebimentos/pagamentos		92.338,89	94.243,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		20.950,27	22.698,14
Fluxos de caixa das Actividades de investimento			
Activos fixos tangíveis	5	-19.870,18	-29.955,63
Activos fixos tangíveis		-451,54	
Subsidios ao investimento	9		-26.513,98
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-20.321,72	-56.469,61
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento			-1.832,64
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			-1.832,64
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		628,55	-35.604,11
Caixa e seus equivalentes no início do periodo		272.784,33	308.388,44
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		273.412,88	272.784,33

O Contabilista certificado



O Conselho de Administração



Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 31-12-2018

DEMONSTRACAO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO N-1

Unidade Monetária: (EUR)

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Interesses que não controlam	Total dos fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajusta.out. variações nos fundos	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	292.925,27	266.372,06	714.549,71	11.856,51	1.285.703,55	1.285.703,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			11.856,51	- 39.433,90	- 11.856,51	- 39.433,90	- 39.433,90
	2		11.856,51	- 39.433,90	- 11.856,51	- 39.433,90	- 39.433,90
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				7.779,57	7.779,57	7.779,57
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				- 4.076,94	- 4.076,94	- 4.076,94
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados	5						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	292.925,27	278.228,57	675.115,81	7.779,57	1.254.049,22	1.254.049,22

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 31-12-2018

DEMONSTRACAO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO N

Unidade Monetária: (EUR)

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Interesses que não controlam	Total dos fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajusta.out. variações nos fundos	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	292.925,27	278.228,57	675.115,81	7.779,57	1.254.049,22	1.254.049,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			7.779,57	- 49.984,53	- 7.779,57	- 49.984,53	- 49.984,53
	2		7.779,57	- 49.984,53	- 7.779,57	- 49.984,53	- 49.984,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				11.278,05	11.278,05	11.278,05
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				3.498,48	3.498,48	3.498,48
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados	5						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	292.925,27	286.008,14	625.131,28	11.278,05	1.215.342,74	1.215.342,74

Demonstração de Resultados por Valências

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS							
CLASSE 7		RENDIMENTOS					
CONTA	RUBRICA	TOTAL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMIC.	CANTINAS SOC	
71	VENDAS	6.415,40	4.607,70	1.807,70	-		
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	327.755,63	202.350,30	78.271,28	46.953,05	181,00	
721	QUOTAS UTILIZADORES (MATRÍCULAS/MENSALIDADES)	296.933,79	171.528,46	78.271,28	46.953,05	181,00	
722/728	OUTROS SERVIÇOS	30.821,84	30.821,84				
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	181.847,35	118.488,81	29.727,99	33.165,94	464,61	
751	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	181.847,35	118.488,81	29.727,99	33.165,94	464,61	
7511	ISS, IP	169.715,32	110.845,62	27.156,00	31.261,20	452,50	
7512	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS	12.132,03	7.643,19	2.571,99	1.904,74	12,11	
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	61.116,36	37.426,56	13.939,47	9.692,94	57,39	
781	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	3.225,00	770,00	1.772,50	682,50	-	
788	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	57.891,36	36.656,56	12.166,97	9.010,44	57,39	
7881	CORREÇÕES DE PERÍODOS ANTERIORES	16.080,43	11.676,27	3.929,16	456,47	18,53	
7883	IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO	25.900,33	16.317,21	5.490,87	4.066,35	25,90	
7888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	13.457,27	8.663,08	2.746,94	2.034,29	12,96	
TOTAL RENDIMENTOS		577.134,74	362.873,37	123.746,44	89.811,93	703,00	
CLASSE 6		GASTOS					
CONTA	RUBRICA	TOTAL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMIC.	CANTINAS SOC	
61	CUSTO DAS MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	77.450,45	48.793,79	16.419,49	12.159,72	77,45	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	88.073,63	55.768,77	18.509,82	13.707,75	87,29	
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	23.879,17	15.326,25	4.900,60	3.629,22	23,10	
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1.135,80	715,55	240,79	178,32	1,14	
6223	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	415,84	261,98	88,16	65,29	0,41	
6224	HONORÁRIOS	13.737,69	8.876,74	2.785,19	2.062,62	13,14	
6226	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	7.157,01	4.508,92	1.517,29	1.123,65	7,15	
6228	OUTROS	1.432,83	963,06	269,17	199,34	1,26	
623	MATERIAIS	27.123,33	17.087,70	5.750,15	4.258,36	27,12	
6231	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	5.986,73	3.771,64	1.269,19	939,92	5,98	
6233	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2.289,58	1.442,44	485,39	359,46	2,29	
6234	ARTIGOS PARA OFERTA	2.194,29	1.382,40	465,19	344,50	2,20	
6235/6238	OUTROS	16.652,73	10.491,22	3.530,38	2.614,48	16,65	
624	ENERGIA E FLUIDOS	28.375,72	17.876,71	6.015,65	4.454,99	28,37	
6241	ELETRICIDADE	18.050,58	11.371,87	3.826,72	2.833,94	18,05	
6242	COMBUSTÍVEIS	5.225,14	3.291,84	1.107,73	820,35	5,22	
6248	OUTROS	5.100,00	3.213,00	1.081,20	800,70	5,10	
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	416,50	262,40	88,30	65,39	0,41	
6251	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	250,85	158,04	53,18	39,38	0,25	
6258	OUTROS	165,65	104,36	35,12	26,01	0,16	
626	SERVIÇOS DIVERSOS	8.278,91	5.215,71	1.755,12	1.299,79	8,29	
6262	COMUNICAÇÃO	1.923,51	1.211,81	407,78	301,99	1,93	
6263	SEGUROS	1.443,79	909,59	306,08	226,68	1,44	
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	66,00	41,58	13,99	10,36	0,07	
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	4.675,61	2.945,63	991,23	734,07	4,68	
6268	OUTROS SERVIÇOS	170,00	107,10	36,04	26,69	0,17	
63	GASTOS COM O PESSOAL	346.145,03	218.071,36	73.382,74	54.344,77	346,16	
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	271.632,73	171.128,62	57.586,14	42.646,34	271,63	
6321	REMUNERAÇÕES CERTAS	222.831,00	140.383,53	47.240,18	34.984,47	222,82	
6322	REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	48.801,73	30.745,09	10.345,96	7.661,87	48,81	
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	56.964,79	35.887,82	12.076,53	8.943,47	56,97	
6351/8	PESSOAL	56.964,79	35.887,82	12.076,53	8.943,47	56,97	
636	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	4.083,84	2.572,82	865,77	641,16	4,09	
636	PESSOAL	4.083,84	2.572,82	865,77	641,16	4,09	
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	13.463,67	8.482,10	2.854,30	2.113,80	13,47	
6388	PESSOAL	13.463,67	8.482,10	2.854,30	2.113,80	13,47	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES	52.103,94	33.880,61	10.436,13	7.753,27	33,93	
642	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	42.325,44	27.720,15	8.363,09	6.218,05	24,15	
643	ATIVOS INTANGÍVEIS	9.778,50	6.160,46	2.073,04	1.535,22	9,78	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	1.908,20	1.202,16	404,54	299,59	1,91	
681	IMPOSTOS	305,64	192,55	64,80	47,99	0,30	
688	OUTROS GASTOS E PERDAS	1.602,56	1.009,61	339,74	251,60	1,61	
6882	DONATIVOS	1.102,56	694,61	233,74	173,10	1,11	
6883	QUOTIZAÇÕES	500,00	315,00	106,00	78,50	0,50	
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	175,44	110,53	37,20	27,54	0,17	
TOTAL GASTOS		565.856,69	357.827,22	119.189,92	88.292,64	546,91	
CLASSE 8		RESULTADOS					
818	RESULTADO LÍQUIDO	11.278,05	5.046,15	4.556,52	1.519,29	156,09	

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

01 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA é uma ESNL, constituída a 30-11-2016, com sede em RUA DO POÇO NOVO, SANTANA DA SERRA, 7670-613, SANTANA DA SERRA, e tem como atividade principal APOIO A TERCEIRA IDADE.

A FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA vem dar continuidade à atividade da Casa do Povo de Santana da Serra, com a transmissão de todos os seus bens, direitos e obrigações. Este é o princípio subjacente à análise comparativa com os anos anteriores.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

02 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

"Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, (Sistema de Normalização Contabilística) que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativa às Demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 26/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho;

"Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, aprova o Código de Contas;

"Declaração de retificação n.º 41-A/2015 que corrige algumas inexatidões da Portaria 218/2015;

"Portaria 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de Demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;

"Declaração de retificação n.º 41-B/2015, que corrige algumas inexatidões da Portaria n.º 220/2015;

"Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que homologa a Estrutura Conceptual;

"Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que homologa as NCRF-ESNL;

"Aviso n.º 8258, de 29 de julho, publica as Normas Interpretativas do SNC.

02.02 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

03 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

03.01 - Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

03.01.01 - Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

03.01.02 - Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

03.01.03 - Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

03.01.04 - Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões

económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

03.01.05 - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

03.01.06 - Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

03.02 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

03.02.01 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 10 anos

03.02.02 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Estudos e projetos - 3 anos

03.02.03 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no FIFO.

03.02.04 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo a Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

03.02.05 - Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fielmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

03.02.06 - Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

04 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**04.01 - Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis****04.01.01 - Critérios de Mensuração usados para determinar a Quantia Escriturada Bruta**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

04.01.02 - Métodos de Depreciação usados:

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

04.01.03 - Vidas Úteis e / ou Taxas de depreciação Usadas:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	- 50 anos
Equipamento básico	- 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	- 4 a 5 anos
Equipamento administrativo	- 4 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

04.02 - DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**04.02.01 - Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade nos A.F.T.:**

Durante os períodos findos em 31-12-2017 e em 31-12-2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO

Ativos	Situação inicial				Situação final			
	Qta Bruta	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada	Qtª Bruta	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª Escriturada
Outros activos fixos tangíveis	1 451 215.07	405 598.66		1 045 616.41	1 451 666.61	447 924.10		1 003 742.51
Terrenos e recursos naturais	107 672.02			107 672.02	107 672.02			107 672.02
Ed. e outras construções	1 111 867.08	214 556.01		897 311.07	1 111 867.08	242 712.26		869 154.82
Equipamento básico	165 271.81	127 426.06		37 845.75	165 723.35	140 542.34		25 181.01
Equipamento transporte	42 183.00	42 183.00			42 183.00	42 183.00		
Equipamento administrativo	21 718.63	20 288.65		1 429.98	21 718.63	20 769.09		949,54
Outros A.F.T.	2 502.53	1 144.94		1 357.59	2 502.53	1 717.41		785,12

04.02.02 - Quantia escriturada do excedente de revalorização e movimentos no início e final do período:

Durante os períodos findos em 31-12-2017 e em 31-12-2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as adições, revalorizações, alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Designações	Outros activos fixos tangíveis						
	Terrenos e recursos naturais	Ed. e outras construções	Eq. básico	Eq. Transporte	Eq. administrativo	Outros	Total
Activos:							
Saldo Inicial	107 672.02	1 111 867.08	165 271.81	42 183.00	21 718.63	2 502.53	1 451 215.07
Aquisições			451,54				451,54
Alienações							
Saldo final:	107 672.02	1 111 867.08	165 723.35	42 183.00	21 718.63	2 502.53	1 451 666.61
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial		214 556.01	127 426.06	42 183.00	20 288.65	1 144.94	405 598.66
Depreciações do exercício		28 156.25	13 116.28		480,44	572,47	42 325,44
Alienações							
Saldo final:		242 712.26	140 542.34	42 183.00	20 769,09	1 717,41	447 924,10

05 - ATIVOS INTANGÍVEIS**05.01.02 - Métodos de amortização usados para os ativos intangíveis com vida úteis finitas:**

Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.

05.02 - Durante os períodos findos em 31-12-2017 e em 31-12-2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, perdas por imparidade, revalorizações e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS NO INÍCIO E FIM PERÍODO

Ativos	Situação inicial				Situação final			
	Qta Bruta	Amortiz. acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada	Qta Bruta	Amortiz. acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª Escriturada
Outros activos intangíveis	70 634.10	51 077.10		19 557.00	70 634.10	60 855.60		9 778.50
Total:	70 634.10	51 077.10		19 557.00	70 634.10	60 855.60		9 778.50

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PERÍODO

	Outros Ativos Intangíveis	Total
Activos:		
Saldo Inicial	70 634.10	70 634.10
Aquisições		
Saldo final:	70 634.10	70 634.10
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	51 077.10	51 077.10
Amortizações do exercício	9 778.50	9 778.50
Saldo Final:	60 855.60	60 855.60
Activos Líquidos	9 778.50	9 778.50

06 - DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

07 - INVENTÁRIOS**07.01 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A Entidade valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em inventario no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

07.02 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31-12-2017 e em 31-12-2018, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

QUANTIA ESCRITURADA DOS INVENTÁRIOS

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Qtas Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Qta Líquidas escrituradas	Qtas Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Qta Líquidas escrituradas
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	1 668.22		1 668.22	2 049.88		2 049.88
Total:	1 668.22		1 668.22	2 049.88		2 049.88

07.03 - Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERIODO

Descrição	31-12-2018		
	mercadorias	Matérias Primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário Inicial:		2 049.88	2 049.88
Compras		77 068.79	77 068.79
Reclassificação e regularização de inventários			
Inventário Final		1 668.22	1 668.22
C.M.V.M.C.		77 450.45	77 450.45

08 - RÉDITO

08.01 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Entidade reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;
- b) Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

08.02 - O rédito reconhecido pela Entidade em 31-12-2018 e em 31-12-2017 é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Vendas de bens	6 415.40	5 723.80
Prestação de serviços	327 755.63	320 783.81
Total:	334 171.03	326 507.61

09 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

09.01 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS

Descrição	Subsídios de Entidades Públicas			Subsídios de outras Entidades		
	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados c/Activos /ao investimento	554.694,81	0,00	25.900,33	0,00	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	554.694,81		25.900,33			
Activos intangíveis						
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração	4.420,47	185.040,59	181.847,35			
Valor dos reembolsos no período respeitante a:	4.420,47	178.697,41	174.471,50	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados c/activos ao investimento						
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração	4.420,47	178.697,41	174.471,50			
Total	554.694,81	6.343,18	33.276,18	0,00	0,00	0,00

10 - PESSOAL**10.01 – Gastos com o Pessoal**

Os gastos reconhecidos no exercício com o pessoal discriminam-se como se segue

GASTOS COM O PESSOAL

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Gastos com o pessoal:	346 145.03	319 723.85
Remunerações do pessoal	271 632.73	252 475.95
Indemnizações		501,30
Encargos sobre remunerações	56 964.79	51 454.03
Seg ac.trab. e doenças profissionais	4 083.84	2 507.01
Outros gastos com o pessoal	13 463.67	12 785.56

11 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos em 2018 distribuíram-se da seguinte forma:

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Descrição	Atividade CAE 87301
Vendas:	6 415.40
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 415.40
Prestação de Serviços	327 755.63
Compras	77 068.79
Fornecimento e serviços terceiros	88 073.63
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	77 450.45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	77 450.45
Gastos com o pessoal	346 145.03
Remunerações	271 632.73
Outros (inclui pensões)	74 512.30
Activos fixos tangíveis	
Quantia escriturada final	1 003 742.51
Total de Aquisições	451,54
Das quais: Ed e outras construções	

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo
Vendas	6 415.40		
Prestação de serviços	327 755.63		
Compras	77 068.79		
F.S.E.	88 073.63		
Aquisições Activos Fixos Tangíveis	451,54		

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES**12.01 - Fornecimentos e serviços externos**

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Serviços especializados	23 879.17	30 519.33
Trabalhos especializados	1 135.80	1 095.01
Publicidade e propaganda		
Vigilância e segurança	415,84	580,29
Honorários	13 737.69	14 400.35
Conservação e reparação	7 157.01	4 833.03
Outros	1 432.83	9 610.65
Material	27 123.33	30 630.81
Ferramentas	5 986.73	8 102.27
Material de escritório	2 289.58	3 849.99
Artigos para oferta	2 194.29	1 829.60
Outros	16 652.73	16 848.95
Energia e fluidos	28 375.72	31 005.93
Electricidade	18 050.58	21 770.43
Combustíveis	5 225.14	5 155.50
Outros	5 100.00	4 080.00
Deslocações, estadas e transportes	416,50	1 503.83
Deslocações e estadas	250,85	973,19
Outros	165,65	530,64
Serviços diversos	8 278.91	8 862.73
Comunicação	1 923.51	2 412.68
Seguros	1 443.79	287,85
Contencioso e notariado	66,00	1 506.00
Despesas de representação	4 675.61	4 636.20
Outros serviços	170,00	20,00

12.02 - Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares	3 225.00	12 038.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	57 891.36	44 120.50
Correções relativas a períodos anteriores	18 533.76	2 842.30
Imputação de subsídios para investimentos	25 900.33	39 433.90
Restituição de impostos		12,85
Outros não especificados	13 457.27	1 831.45

12.03 -Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	305,64	115,95
Correcções relativas de períodos anteriores		350,06
Donativos	1 102.56	
Quotizações	500,00	
Outros não especificados		195,66
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	175,44	413,67

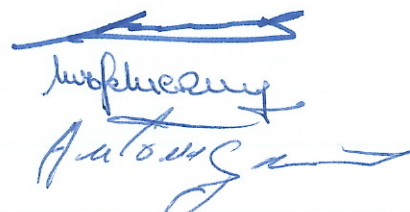
13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram acontecimentos relevantes, suscetíveis de originarem ajustamentos às demonstrações financeiras:

O Contabilista certificado



O Conselho de Administração



ANEXOS

Convocatória da Reunião do Conselho de Curadores

CONVOCATÓRIA

Reunião do Conselho de Curadores Fundação Casa do Povo de Santa da Serra

José Diogo Morais dos Santos, na qualidade de Presidente em Substituição do Conselho de Curadores da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, vem nos termos do disposto nos artigos 14º e 15º dos Estatutos, convocar todos os membros do mencionado Conselho de Curadores, a reunir no próximo 06 de Maio de 2019, pelas 15H, na sede da Fundação, sita na Rua do Poço Novo, em Santana da Serra, com a seguinte ordem de trabalhos:

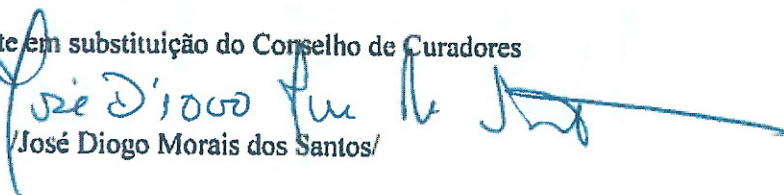
Ponto único:

Apreciação do Relatório e Contas da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra referente ao ano de 2018.

Com os melhores cumprimentos,

Santana da Serra, 22 de Abril de 2019.

O Presidente em substituição do Conselho de Curadores


/José Diogo Morais dos Santos/